



escola de gestores
da educação básica

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

TEMPO ESCOLAR E FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR
NA PROPOSTA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL Dr. SEBASTIÃO GOMES GUIMARÃES

Belo Horizonte- 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**TEMPO ESCOLAR E FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR
NA PROPOSTA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL Dr. SEBASTIÃO GOMES GUIMARÃES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Orientação da Professora Elaine Kendall Santana Silva

MARIA ANGELA GONÇALVES MACHADO

BELO HORIZONTE, 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**TEMPO ESCOLAR E FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR
NA PROPOSTA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL Dr. SEBASTIÃO GOMES GUIMARÃES**

MARIA ANGELA GONÇALVES MACHADO

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em de janeiro de 2011 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca Examinadora:

Elaine Kendall Santana Silva

(Orientadora)

Belo Horizonte,..... de janeiro de 2011

Dedico este trabalho à minha mãe Vanila, ao meu saudoso pai José, ao meu esposo Roberto, aos meus filhos Luíz Gustavo e Ana Catarina , aos meus netos Luiz Felipe e Luma, a minha orientadora Elaine , às colegas de curso, aos meus funcionários e colegas de trabalho.

Agradeço primeiramente a Deus aos meus queridos familiares pelo apoio e compreensão, especialmente ao meu marido Roberto, pelo incentivo e ajuda; à minha professora e orientadora Elaine pelo auxílio, colaboração e paciência no desenvolvimento do curso.

“É interessante que o professor seja levado a fazer um exercício de auto-análise, de introspecção, a voltar às próprias experiências de aprendizagem, para que resgate o quanto elas são complexas, o quanto aprender é um processo de idas e voltas, que não é só prazeroso, que é doloroso também. Aprender significa abandonar algumas coisas e adquirir outras”.
(Dominique Colinvaux)

Resumo

O presente trabalho apresenta uma análise sobre a realidade de uma escola municipal que ao elaborar seu Projeto Político Pedagógico nos mostra algumas disparidades. A qualidade do ensino é afetada pela formação dos professores. Estes ficam entre uma qualificação melhor e seus ideais pessoais, suas vidas privadas, sempre com escasso tempo para se dedicar à escola. A partir disso, este texto possibilita refletir que o diferencial está na formação continuada dos docentes e do melhor aproveitamento do tempo dentro e fora da escola, além de se ter que configurar o PPP em conformidade com a comunidade em que a instituição está inserida.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Político-Pedagógico, formação continuada, professor, escola, tempo, salário, qualidade do ensino

Sumário

1 – Introdução.....	09
2 – Organização do tempo escolar do professor.....	10
3 – Formação continuada docente.....	13
4 – Considerações finais.....	15
5 – Referências bibliográficas	17
6 – Anexo.....	18

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir a função do Projeto Político Pedagógico (PPP) na escola, com foco especialmente no tempo escolar do professor e na sua formação continuada em serviço, tendo como base o PPP da Escola Municipal Dr. Sebastião Gomes Guimarães, de Divinópolis, implantado em 2010. No texto, *A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da Escola*,¹ Oliveira ressalta que,

As pressões para que as escolas se ajustem às mudanças em curso estão trazendo implicações substantivas para a construção do projeto político-pedagógico (PPP) da escola, uma vez que este nem sempre passa a representar o corpo e a alma da escola, ou melhor, o que ela realmente é, o que a caracteriza e orienta a ação educativa. O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2005)

A construção de um PPP coletivo implica em participação efetiva de toda a Comunidade Escolar, num processo democrático, visando assim à busca da autonomia, através da ação do coletivo e da articulação com os sujeitos que tem como finalidade proporcionar um ensino de qualidade ao aluno e conseqüentemente a aprendizagem dele. Uma atualização e a reflexão sobre esse projeto se torna importante a cada ano.

É através da análise do PPP e da realidade vivida cotidianamente por todos os profissionais que se pode perceber as potencialidades e as fragilidades da escola. Os problemas centrais enfocados neste trabalho são, principalmente, o tempo do professor e sua formação continuada, pois percebe – se que há uma dificuldade dos professores da escola Doutor Sebastião Gomes Guimarães em investir na sua formação continuada. Para melhor compreensão desse fato é importante uma reflexão sobre a organização do tempo escolar proposto pelo PPP da Escola Doutor Sebastião Gomes Guimarães.

1. Organização do tempo escolar do professor

As reformas educacionais ocorridas nos últimos dez anos provocaram, sem dúvida, mudanças significativas na educação. A escola passou a ter mais autonomia no que tange a currículos e, atualmente, ao calendário. Porém, há um engessamento dessa autonomia provocado, principalmente, pela dedicação dos profissionais ao tempo escolar.

Como definir o tempo escolar? É bom que se faça uma reflexão a respeito do que é exatamente. Para orientar as ponderações aqui desenvolvidas, considera-se como tempo escolar o período que o professor passa em uma instituição educativa, ou seja, na escola. Conta-se desde o minuto que nela se entra até aquele em que se sai.

No atual contexto dos profissionais da área, a formação continuada fica debilitada porque os professores, na maioria das vezes, trabalham em mais de uma instituição. Para cumprir a carga horária de dois cargos, na média 40h/aula semanais, o professor chega à exaustão muito antes do término do ano letivo. É o adoecimento geral. Relatos de nossos professores mostram suas frustrações nessa árdua jornada dupla de trabalho.

O calendário escolar é a principal referência temporal dos professores e alunos. “Fechado” no final do ano anterior com todas as datas e programações para o ano seguinte, ele impõe o ritmo que a escola seguirá, determinando assim o compasso das atividades docentes e discentes ao longo do ano. O calendário faz parte de um sistema de ensino no qual a escola está inserida. Entretanto, a cada ano as regras para sua confecção estão mais flexíveis. Segundo Villas Boas “o trabalho docente não se realiza isoladamente, vez que o professor, ao assumir o seu papel, recebe todas as imposições da escola e do sistema de ensino em que esta se insere.” (Villas Boas, 2002, p.3).

Era complicado seguir um calendário imposto pelo sistema. Ainda mais difícil é seguir dois ou três. Hoje, com a pequena autonomia adquirida pelas escolas, fica mais fácil para o professor adequar sua vida profissional em dois ou três turnos. É o caso de vários professores. Ao perguntar a um deles como era organizado o seu tempo escolar anos atrás, a resposta foi categórica:

¹ Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo e professor na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG)

A gente não se organiza. Não dá tempo. Eu tenho dois cargos. Trabalho com ensino religioso, geografia, história e filosofia em quatro escolas. Imagina a quantidade de sábados que eu trabalho. Cada sábado é reunião em uma escola diferente, isso quando não coincide. Muitas vezes não fico sabendo das coisas por causa do tempo, da correria. Eu sou solteiro e penso em construir uma casa e se eu não trabalhar em duas escolas não consigo fazer isso. Fico indignado e frustrado. Fico imaginando quem é mulher e tem filhos...

Professor do 5º ao 9º ano E. M.Dr. Sebastião
Gomes Guimarães– Divinópolis-MG

A realidade é que, apesar de uma certa autonomia que a escola adquiriu, a maioria dos professores trabalha em mais de uma escola, estadual, municipal ou particular. Isso sem contar que uma grande maioria são mulheres que cuidam dos afazeres domésticos. Outra professora relata como isso tem afetado a sua vida familiar:

O que nós temos de herança é o estresse, a falta de tempo, a família deixada de lado. São muitas reuniões, conselho de classe fora do horário de trabalho, muitas tarefas para realizar em casa. E ainda pra completar muito trabalho burocrático a ser realizado por nós: preenchimento de notas, relatórios, diários, fichas para a secretaria e por aí vai...

Professora de 1ª a 4ª E. M.Dr. Sebastião– Divinópolis-MG e professora na zona rural na comunidade de Estiva

No PPP da Escola Municipal Dr. Sebastião Gomes Guimarães, sobre a organização do tempo escolar do professor, está escrito que é preciso garantir jornadas com tempo para estudo dos profissionais da educação.

Diante dessa necessidade é preciso que se garantam jornadas com tempo para estudo (planejamento coletivo), leitura e discussão entre professores, diretor pedagógico, especialista, onde além de promover a integração entre os educadores promoverá a interdisciplinaridade. (*Projeto Político Pedagógico – E.M Dr. Sebastião Gomes Guimarães*)

Quem dever garantir esse tempo? A escola tem autonomia para isso? O tempo do aluno pode ser lesado, nesse caso? É possível garantir isso no horário imposto ao professor? Garantir jornadas com tempo para estudo ou planejamento coletivo na escola é quase impossível. E quando se consegue, o tempo é fator limitador. Assuntos importantes muitas vezes são tratados no intervalo – recreio -, com duração de 15 minutos.

Muitas das queixas relatadas pelos professores devem ser levadas em conta. O número de licenças na área da educação é muito grande. Uma grande parte dos professores no meio do ano já está no limite do cansaço. Eles adoecem com facilidade.

Segundo Angelita Santos (2009), em sua dissertação de mestrado, dentre as principais situações relacionadas ao trabalho que os educadores acreditam que podem provocar doenças, as mais citadas foram a sobrecarga, condições e desvalorização do trabalho.

Através de pesquisa realizada foi comprovado que dos 2.500 funcionários da Rede Municipal de Divinópolis, Minas Gerais, mais de setenta por cento, incluindo escolas e CMEI's, por algum motivo, tiraram licença.

A sobrecarga de trabalho é um dos fatores que mais tem provocado doenças na Rede Municipal de Divinópolis e ainda segundo a autora é provocada por vários fatores dentre eles, a volubilidade do trabalho determinada pela gestão e a escassez de tempo.

Todos os problemas citados acima estão relacionados ainda que, indiretamente, à organização do tempo escolar do professor. A fadiga e a irritação foram as campeãs na pesquisa quando foram levados em conta os incômodos que culminaram em doenças que levaram os profissionais ao afastamento do trabalho. O professor que apresenta cansaço excessivo, que trabalha em condições inadequadas, se sente desvalorizado, o rendimento não seria o mesmo, e há probabilidade maior de se ter problemas com a indisciplina em sala e conseqüentemente um prejuízo na aprendizagem do aluno. Deve ser levada em conta ainda a frustração desse profissional por não desenvolver o trabalho com qualidade almejada.

O meu sonho é ter um cargo só. Mas o meu objetivo não é ficar com dois cargos por muito tempo. Nesse ano, todos os dias que faltei nessa escola foi para resolver algumas coisas de projetos desenvolvidos na outra escola. O planejamento eu tenho que fazer a noite. A família sente na pele. Muitas vezes não tenho tempo não tenho tempo para cuidar da vida escolar dos meus filhos. Pode contar as reuniões que eu vou, que eu participo... Sou totalmente contra dois cargos e trabalho por necessidade, por causa dos baixos salários. Por mais que a gente esforce, o trabalho não fica como a gente queria ou como deveria. Isso fora o cansaço e o excesso de licença que está na rede.

Professora de geografia do 5º ao 9º ano e do 2º ano, E. M. Dr.
Sebastião Gomes Guimarães– Divinópolis-MG

2. Formação continuada docente

O investimento na formação dos profissionais é pequeno ainda e parece não ser visto como influenciador direto na aprendizagem. O professor não tem tempo para se formar. Se ele trabalha em dois cargos, cuida da família, quando ele conseguirá tempo para formação? As escolas parecem, ainda, ter uma concepção equivocada de formação continuada.

No PPP da Escola Municipal Dr. Sebastião Gomes Guimarães são expostos os seguintes tópicos considerados formação continuada oferecida aos professores e especialistas.

- Reuniões mensais na SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis) para: diretores, secretário e especialistas de educação.
- Cursos de capacitação oferecidos pela SEMED / CRPE (Centro de Referência dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Educação) ou em parceria com a Superintendência Regional de Ensino, com os PSF's (Postos de Saúde Família) e com estagiários do INESP.
- Reuniões administrativas mensais na escola para definição e adequação das atividades a serem trabalhadas, troca de experiências, etc.
- Encontros com especialistas e professores do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental nos horários de estudo semanalmente. (Projeto Político Pedagógico – E.M. Dr. Sebastião Gomes Guimarães)

Nessas reuniões assuntos diferentes e burocráticos são tratados. Os cursos de capacitação oferecidos, normalmente, têm curta duração e não podem ser considerados formação continuada. Os encontros de especialistas e professores têm melhorado bastante, mas ainda não podemos considerá-los como formação continuada.

Na revista *Presença Pedagógica* do mês de março/abril de 2008, numa matéria sobre o curso de especialização para formação continuada de professores, gratuito, oferecida pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE), nas considerações finais as autoras relataram que:

As dificuldades vividas na experiência do Laseb estão muito relacionadas ao tempo. As oficinas e seminários, por exemplo, que diversificavam mais os temas e favoreciam turmas diferenciadas, foram muito bem recebidos, mas a reclamação sobre a falta de tempo para cada tema foi constante. Também a vivência do curso durante o período regular de aulas, quando a maioria tem dupla jornada, foi sempre apontada como um problema cotidiano. Compreendemos, ao longo do ano, o tamanho do esforço desse grupo de docentes, que, além da jornada extenuante, propunha-se ao quase abandono do lar para o estudo no fim de semana. (ZAIDAN e GOMES, 2008, p. 17)

O que seria considerado formação continuada deveria ser revertido na melhoria da qualidade do ensino, na aprendizagem do aluno, mas o investimento em educação está longe do ideal. É necessário maior investimento na formação continuada, especificamente, uma melhor atualização teórica do docente, bem como criar condições práticas capazes de formá-los teórica e cientificamente. Entretanto, atingir o objetivo da formação continuada é tarefa difícil porque esta depende de um melhor aproveitamento do tempo dos professores.

Investir no profissional, na sua formação, deve ser visto como influenciador direto na aprendizagem. É evidente a falta de investimento na formação continuada e mais evidente como ela é tratada ou maltratada pela escola. A formação acontece como troca de experiências e não promovida por profissionais capacitados em universidades. Entende-se por formação continuada, a seqüência que o profissional tem da sua formação acadêmica. A formação continuada conforme descreve Dias (2010) trata-se de uma continuidade de investimento em conhecimento caracterizada pelo trabalho acadêmico, ela precisa estar constituída por atividades devidamente organizadas para viabilizar a construção, socialização e confronto de conhecimentos, de tal forma que os professores como cidadãos e como docentes tenham oportunidades de momentos para discussão e focos de reflexão conjunta, capazes de elevar e proteger ações eficientes já desenvolvidas no contexto escolar. Na concepção de Falsarella (2004), os profissionais da educação devem avançar continuamente em seu caminho de desenvolvimento profissional, acumulando vivências e práticas ao longo de sua trajetória. Para concretizar, a formação continuada seria aquela desenvolvida, mediante atividades de estudo e pesquisa planejadas e realizadas num processo contínuo de construção coletiva de conhecimentos como parte do desenvolvimento profissional dos professores. Daí a necessidade da escola incorporar no seu planejamento a continuidade desta formação.

3. Considerações finais

A elaboração do PPP das escolas é que pode fazer diferença no aprimoramento do ensino. Nesse texto, discutiu-se a organização do tempo escolar do professor e a sua formação continuada. Formação esta que acontece de forma insatisfatória apesar de a escola cumprir seu papel de elaborar o Projeto Político Pedagógico e o professor de se adaptar às inovações e aos desafios da modernidade.

Outro assunto tratado é o tempo do professor. Escasso, subaproveitado e dependente de vontade política e investimentos na educação. Uma possível melhora seria um aumento da carga horária, vinculação à um só cargo com remuneração digna, bem como um forte investimento na formação continuada do docente. Porém, a realidade que se vê é exatamente o oposto disso e o priva de participar do processo educativo de forma efetiva, envolvido na gestão compartilhada, elaboração, avaliação e atualização do projeto político pedagógico como diz Padilha:

O fato é que com salários achatados, com a saúde comprometida, com falta de educação continuada, em serviço, e ao longo dos anos, sem tempo efetivo para realizar um trabalho pedagógico coletivo na escola, que lhes permita participar verdadeiramente dos processos de gestão compartilhada e da elaboração do projeto político-pedagógico, com a ausência de um plano de carreira decidido e aperfeiçoado junto com a categoria e com a minguada aposentadoria depois de anos de anos de intensa atividade, muitos trabalhadores em educação se sentem quase totalmente desmotivados e perdidos sem suas identidades profissionais e pessoais. (PADILHA, 2007, p.120)

Há uma incoerência na forma como é tratado o tempo na escola. Quando se fala no tempo do aluno há autonomia para se organizar, porém, quando se trata do professor a carga horária é um grande obstáculo à sua formação aprimorada. Isso, ainda, é acrescido da baixa remuneração, conforme escreve:

Uma escola leve é uma escola que briga para ser alegre, mas que sabe que não é possível ser alegre se os professores são desprestigiados a partir do seu próprio salário. Eu não tenho a menor dúvida de que será preciso que, um dia, toda a sociedade brasileira resolva brigar contra o poder público deste país, em todos os níveis. Somos coloniais e não se vê experiência colonial em que o educador seja respeitado. (FREIRE, 2007, p.11)

A análise aqui realizada permite perceber que o tempo escolar do professor e sua formação continuada são fatores determinantes em todas as etapas do processo educativo. Ele é ponto de partida para uma educação de qualidade. Profissionais bem formados, sem a pressão da correria de ter que trabalhar em duas ou três escolas, serão capazes de discutir, atualizar o currículo, avaliar, melhorar a qualidade de ensino. O bom salário, digno, deveria ser apenas uma consequência do bom trabalho desenvolvido.

Referências bibliográficas

DIAS, Oliveira Mendanha Dias. <http://www.webartigos.com>. Acesso em 06/09/10.

FALSARELLA, Ana Maria. **Processo de Formação Continuada do Professor!** ANPEd, 22ª Reunião Anual. Caxambu, 2004.

FREIRE, Paulo. *In: Revista Presença Pedagógica*, v.13, no 75, p.11, 2007.

OLIVEIRA, João Ferreira. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da Escola**. 2005. Disponível em <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2005/rde/tetxt4.htm>

PADILHA, Paulo Roberto. **Educar em todos os cantos: Reflexões e Canções por uma Educação Intertranscultural** – São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2007.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Dr Sebastião Gomes Guimarães. Divinópolis. 2010.

SANTOS, Angelita. **Saúde dos professores da Rede Municipal de Divinópolis**, 2009. Dissertação de Mestrado. UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Trabalho docente: proletarização ou profissionalização? Módulo I, volume I do curso de Pedagogia para professores em exercício no início de escolarização** – PIE, FE/Unb, 2002.

Z Aidan e GOMES. *In: Revista Presença Pedagógica*, v.14 • n.80 • mar./abr. 2008 •

4. Anexo

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Doutor Sebastião Gomes Guimarães



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: compromisso das políticas públicas.

**IRENE APARECIDA PINHEIRO DE SOUZA
MÁRCIA ROCHA FÁRIA
MARIA ÂNGELA GONÇALVES MACHADO**

Belo Horizonte, 2010

ESCOLA MUNICIPAL “DOUTOR SEBASTIÃO GOMES GUIMARÃES”

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: um compromisso das políticas públicas.

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG sobre a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola Municipal Doutor Sebastião Gomes Guimarães sob a orientação da Professora Elaine Kendall Santana Silva

Belo Horizonte

2010

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
FINALIDADES DA ESCOLA	06
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	08
CURRÍCULO.....	09
TEMPO ESCOLAR	11
PROCESSOS DE DECISÃO.....	14
RELAÇÕES DE TRABALHO.....	17
AVALIAÇÃO.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24
ANEXOS.....	26

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Dr. Sebastião Gomes Guimarães, está localizada à Rua Bayssur 561, bairro Maria Helena, no município de Divinópolis em Minas Gerais – e-mail drsebastiao.gomes@gmail.com. Telefone (037)3212 6227. A escola atende a 41 alunos da educação infantil. 275 dos anos iniciais e 188 nos anos finais contando com 48 profissionais sendo 01 diretor escolar, 01 diretor pedagógico, 01 vice-diretor, 02 supervisores, 01 secretária, 01 auxiliar de secretaria, 28 professores, 01 técnico de informática, 01 auxiliar de biblioteca, 03 ajudantes de serviços gerais e 08 serventes escolares.

Em 2006, começou-se a pensar na construção do PPP (Projeto Político Pedagógico), através da antiga equipe gestora, funcionários, comunidade escolar, juntamente com a parceria da FCA. Esta parceria veio propiciar encontros semanais com pessoas capacitadas para discutir a elaboração e confecção do PPP da escola, mostrando os caminhos para se ter uma escola democrática, com a melhor qualidade de ensino. Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, conhecimento e com a função social da escola, obriga a um pensar e uma reflexão continua de todos os envolvidos no processo.

Toda a ação educativa pressupõe num complexo filosófico de valores e na visualização de objetivos a serem atingidos. Pela dinâmica da vida, das transformações cada vez mais rápidas e intensas ocorridas no mundo, as crenças, valores, base teórica e a própria prática também sofrem mudanças e como toda a construção humana, isso também acontece na educação. Sendo assim, uma escola comprometida com a formação para o exercício da cidadania tem que ser pensada em termos de vivência de valores universais, que são embasados em procedimentos éticos.

As reuniões que ocorrem na escola devem ser como um espaço único de trabalho coletivo, pois estes momentos, se bem planejados e bem coordenados, favorecem a troca de experiência entre os professores, e, sobretudo, proporcionam a construção de documentos reguladores do próprio trabalho. Os documentos construídos

coletivamente tornam - se instrumentos de luta e resistência, colaborando para a autonomia e emancipação da escola. Todos os atores e coadjuvantes dos processos agem como sujeitos da reflexão e ação, e dessa forma, assumem a responsabilidade pela mudança ou pela manutenção de situações que se transformam, pela reflexão, em fatores de desalienação.

FINALIDADE DA ESCOLA

A escola tem como finalidade formar cidadãos críticos, livres, autônomos, conscientes com competências cognitivas, atitudinais, relacionais e comunicativas para que ele viva e atue na sociedade. Além disso, pretende propiciar uma educação humana, inclusiva, globalizada que ao acompanhar as mudanças atuais, possibilitará ao educando a sua formação integral bem como a aquisição de habilidades e competências ao desenvolvimento de suas potencialidades.

A Escola Municipal Dr. Sebastião Gomes Guimarães embasada na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente, ministra a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, observando, em cada modalidade, a legislação e as normas específicas aplicáveis.

Sendo a escola um local onde se desenvolve um processo de transformação, também promoverá o engrandecimento do ser humano, através de sua permanência na mesma. Para que isto aconteça, busca-se forma prazerosa de trabalhar de acordo com as necessidades do meio onde a escola está inserida e o perfil de nosso alunado.

Procura-se também traçar estratégias para tornar possível e eficaz a contextualização dos conteúdos programáticos, através de projetos, métodos e técnicas que façam da prática pedagógica algo que satisfaça os interesses da nossa clientela.

É importante ter-se a visão que a construção do conhecimento, não se dá somente entre quatro paredes de uma sala, mas saber valorizar os espaços que viabilizem esta construção, criando opções de enriquecimento do processo ensino-aprendizagem. Portanto, esta escola tem a finalidade de contribuir para integrar o homem a sociedade, mostrando-lhe as formas possíveis de interferir nas mudanças estruturais, fazendo uso das suas habilidades e tornando-se agente social e político, justo, consciente, reflexivo, crítico, solidário construtor de sua própria história.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Basicamente, a escola se constitui por uma organização estruturada nos âmbitos administrativos e pedagógicos. A estrutura administrativa é composta por elementos materiais, financeiros e de infraestrutura básicos ao apoio à ação pedagógica, ao passo que a estrutura pedagógica articula e organiza as funções educativas a fim de que a escola atinja seus objetivos básicos.

A Escola Municipal Doutor Sebastião Gomes Guimarães está situada numa região periférica da cidade de Divinópolis e atende alunos de quatro bairros distintos. O prédio possui onze salas de aula, uma sala de direção, uma secretaria, uma sala de professores, uma sala para a equipe pedagógica, uma cozinha com despensa, dois refeitórios, um depósito, uma biblioteca, um laboratório de Informática e um de Ciências, um almoxarifado, quatro banheiros utilizados pelos alunos, um banheiro para funcionários e um para portadores de necessidades especiais. Além desses espaços, contamos com pátio, quadra coberta, anfiteatro, jardins, horta e estacionamento, sala de multimeios.

Em relação aos equipamentos disponibilizados para a rotina escolar, há duas máquinas de xerox, dois televisores, dois aparelhos de DVD, retroprojetor, data show, câmera digital, equipamento de som. É mantida com recursos do município, através do convênio Caixa Escolar e do FNDE (PDE – Escola e PDDE), com suas respectivas dinâmicas de utilização.

Quanto à estrutura pedagógica, visando o processo de desenvolvimento da aprendizagem, a equipe pedagógica, juntamente com os professores, estão sempre atentos ao desenvolvimento dos alunos. Como já foi dito anteriormente, esta equipe é composta por quarenta e oito funcionários sendo 01 diretor escolar, 01 diretor pedagógico, 01 vice-diretor, 02 supervisores, 01 secretária, 01 auxiliar de secretaria,

28 professores, 01 técnico de informática, 01 auxiliar de biblioteca, 03 ajudantes de serviços gerais e 08 serventes escolares.

É essencial que a escola trabalhe possibilidades e limites incentivem a construção do conhecimento e se reconheça como mediadora de todo esse processo e ainda invista na valorização do profissional, intensificando a busca por uma educação de qualidade.

CURRÍCULO

O currículo tem por objetivo expressar a construção social do conhecimento e propor uma sistematização de meios para que esta construção se efetive. Para alcançar seu objetivo, o currículo deve refletir a concepção de educando e de sociedade que se quer formar, a forma de organização do trabalho na escola, a postura dos educadores, a organização dos conteúdos e a metodologia do trabalho.

Conforme Veiga (1998), proposta de currículos são apresentadas, vinculadas as perspectivas emancipatórias, muitas vezes, sem que se proceda a uma análise da cultura escolar e de suas dinâmicas de interpretação e produção de sentidos para o currículo. Na elaboração do currículo da escola (anexo A) respeitando a base legal, temos como norteadores de nossas ações pedagógicas:

I – os princípios éticos da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;

II – os princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;

III – os princípios culturais da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas.

É um importante elemento constitutivo da organização escolar. O currículo implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm o mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente, de forma com que venha dar sustentação ao ensino/aprendizagem. Desde 2008, na rede municipal de ensino de Divinópolis, o ensino fundamental foi dividido em ciclos e anos finais. O primeiro ciclo (alfabetização) compreende o 1º, 2º e 3º anos de escolarização, o segundo ciclo (complementar) com 4º e 5º anos e anos finais do 6º ao 9º do ensino fundamental.

No ciclo de alfabetização o aluno vivencia a construção do conhecimento, é estimulado à leitura, à construção do número e da escrita. No ciclo complementar, é intensificada a correção, a sistematização e o processo de formalização, bem como nos anos finais do Ensino Fundamental. Reconhece-se a importância de tirar partido

da diversidade. De tal forma, através da pedagogia de projetos, são trabalhados os conteúdos necessários à vivência do aluno, bem como os temas transversais, buscando a contextualização do conhecimento, fazendo uma inter-relação entre conteúdos, projetos e realidade dos educandos. Dessa forma a escola preza pela integração entre o social, a vivência, o resgate de valores e o conhecimento formal.

Na grade curricular constam aulas de Língua Portuguesa /Literatura; Matemática, Geografia, História Ciências, Educação Física, Ensino Religioso. E na parte diversificada Artes, LEM- Inglês e Geometria.

Os temas transversais são integrados a outras disciplinas, e trabalhados conforme exigências das leis: a Cultura Afro-Brasileira, Estudos sobre Direitos Humanos, Educação Ambiental e a Educação Fiscal esta, permeando todas as Áreas do conhecimento. (Lei Municipal nº 6526/2007).

TEMPO ESCOLAR

Espaço e tempo são dimensões organizacionais e de ações que se concretizam e indicam o caráter estrutural das concepções e das práticas pedagógicas no ambiente escolar. Nessa perspectiva, espaço e tempo não podem ser entendidos como neutros, pois sendo uma construção social expressam as relações sociais que neles se desenvolvem exteriorizando intenções individuais e coletivas que modificam e constroem o ambiente, favorecendo ou não um ambiente educativo fundamental à formação do sujeito.

Com o avanço científico-tecnológico, o tempo e o espaço passaram a ser dimensionados em função de novas possibilidades criadas pelo homem. A escola está situada num determinado espaço e tem que saber lidar com a simultaneidade e a complexidade do tempo de hoje. A escola pode ser um espaço de tempo de vivências democráticas. A vida escolar ocorre em um determinado tempo e em determinado espaço. À escola é atribuída a tarefa imensa de favorecer aos estudantes a compreensão do movimento dialético que impregna as relações entre o homem, a natureza e a cultura no cotidiano do tempo. Para exercer essa tarefa é necessário atentar para o tempo escolar e exercer uma mediação pedagógica consciente. (CONSELHOS ESCOLARES, CAD 4, p. 45-47)

Ao propor a organização do Ensino Fundamental em ciclos com atividades formais e informais, tem-se em mente, entre outros pressupostos o respeito ao tempo e às necessidades individuais do aluno, entendido como sujeito da sua própria aprendizagem, como também, a necessidade de atender a anseios e ritmos diferenciados, as suas características a seu modo de relacionar com os outros e com o mundo a sua volta, respeitando-os.

O maior referencial quanto ao tempo do aluno é ele mesmo. Ao incorporá-lo como um todo no processo de ensino – aprendizagem poderá melhor explorar as suas experiências de vida (re)elaborando - as no espaço coletivo, buscando assim, a inclusão e a recuperação das defasagens de aprendizagem.

Trabalham-se duzentos dias letivos e nove dias escolares de acordo com a LDB (Lei de Diretrizes de Bases da Educação) e Decreto Municipal (publicado anualmente); respeitando a carga horária exigida por lei de 833h 20 m. Acrescentam-se a essa carga horária curso de informática aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, como atividade extracurricular.

O calendário escolar (anexo B) é feito coletivamente respeitando-se as datas pré-definidas pela Secretaria Municipal de Educação. Há a Comissão de Acompanhamento do Calendário Escolar composta por representantes de pais, de funcionários e presidida pelo diretor da Escola, é responsável pelo acompanhamento da efetivação do calendário anual homologado pela Inspetora Escolar e pela aprovação das alterações propostas pela Escola no decorrer do ano.

O dia-a-dia e ao mundo do trabalho é ponto primordial para uma aprendizagem significativa. Também, surge a importância da interdisciplinaridade na organização escolar. O que se busca com isso é, de modo geral, o estabelecimento de uma intercomunicação efetiva entre as disciplinas, por meio de enriquecimento das relações entre elas.

Diante dessa necessidade é preciso que se garantam jornadas com tempo para estudo (planejamento coletivo), leitura e discussão entre professores, diretor pedagógico, especialista, onde além de promover a integração entre os educadores promoverá a interdisciplinaridade.

A carga horária diária oferecida aos alunos é de 4h30; onde estão inclusas as aulas de Ensino Religioso, Educação Física (1º ao 9º ano), e Inglês (5º ao 9º ano) ministradas por professores especializados. Neste momento os professores responsáveis pelas turmas dos ciclos da alfabetização e complementar têm horário disponível para planejamento, acompanhados pela supervisora pedagógica, enquanto os Educadores IB, que trabalham com os anos finais do ensino fundamental, possuem duas horas-aula semanais de planejamento, já estão inclusos em sua carga horária, utilizados também para estudo e avaliação do processo de aprendizagem.

Àqueles alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem são oferecidas atividades de apoio pedagógico em horário contra - turno. Para isso, são

organizados grupos de alunos de acordo com as dificuldades de cada um, que são atendidos por um professor da escola, tendo ainda o funcionamento do Projeto Mobilidade para as turmas do 1º ao 5º ano no qual, uma vez por semana, os alunos são reagrupados no mesmo turno de acordo com seus níveis cognitivos. Já as oficinas do Programa Fazendo Arte são realizadas em horário extra -turno e ministradas por professores do próprio programa.

A educação continuada dos professores e especialistas constitui uma necessidade básica, dentro de uma proposta coletiva, buscando uma escola democrática, onde o diálogo é permanente, a interação e o convívio social permeiam todo o processo educacional, tornando-o real e significativo; onde os profissionais têm oportunidades de participar de estratégias que assegurem a integração e a intervenção numa educação de qualidade, no seu trabalho cotidiano, tais como:

- Reuniões mensais na SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis) para: diretores, secretário e especialistas da educação.
- Cursos de capacitação oferecidos pela SEMED / CRPE (Centro de Referência dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Educação) ou em parceria com a Superintendência Regional de Ensino, com os PSF's (Postos de Saúde Família).
- Reuniões administrativas mensais na escola para definição e adequação das atividades a serem trabalhadas, troca de experiências, etc.

PROCESSO DE DECISÃO

A gestão democrática é um dos princípios que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu para a educação brasileira e está regulamentada pela LDBNEN nº 9.384/96. A LDB dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE que trata dos diferentes níveis e modalidades da educação escolar, bem como da gestão, do financiamento e da formação e valorização dos profissionais da educação.

O objetivo da gestão democrática da escola pública é contribuir para a participação coletiva. Seja nos processos decisórios, consultivos e deliberativos representados por todos os segmentos da escola, fazendo com que a mesma seja organizada e que funcione de maneira transparente, possibilitando a comunidade escolar participar nas decisões e na execução das ações relativas ao projeto escolar.

A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político pedagógico. Ela exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. Mudanças que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é apenas um aparelho burocrático do Estado e não uma conquista da comunidade. A gestão democrática da escola implica que a comunidade e os usuários da escola sejam seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática, pais alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola. (GADOTTI, 1994, p.2)

A escolha da direção escolar é realizada a cada três anos, através de eleição direta, devendo os candidatos apresentar seu plano de trabalho à comunidade escolar. O processo de eleição é transparente e democrático, de acordo com as regras pré-estabelecidas.

A escola garante a participação da comunidade através de órgão representativo que é o Colegiado Escolar, formado pelos diversos segmentos da mesma, possui caráter deliberativo e consultivo. As reuniões geralmente são mensais, aos participantes é informado as diretrizes pedagógicas e projetos em desenvolvimento. Toda ocorrência agravante da escola é levada ao Colegiado, onde as decisões são compartilhadas e registradas em ata. É também de responsabilidade do Colegiado opinar sobre as verbas e materiais a serem adquiridos pela escola, pois, assim ele tem oportunidade de participar do dia a dia da escola e de todo o seu processo.

Segundo Barreto (2009, p,3), “ a participação da comunidade não pode se limitar a suprir necessidades materiais da escola ou de seus estudantes”, mas considerar

que a comunidade pode e deve discutir as políticas de acesso, permanência e também contribuir para a organização curricular da instituição no sentido de possibilitar e reorganizar as tarefas da escola

A direção da escola fica a cargo do diretor escolar, vice-diretor e do diretor pedagógico. Cabe a essa equipe nortear os rumos que a escola deve tomar, bem como estimular seus professores, para aderirem à proposta coletiva, e desenvolverem um ensino de qualidade.

O Caixa Escolar foi criado em Assembléia Geral da Comunidade Escolar, conforme modelo da Resolução de S.E.E. n.º 2289 de 10/03/74, com a função de organizar e manter em ordem a escrituração contábil e financeira da escola. O Conselho Fiscal do Caixa Escolar é eleito em Assembléia Geral e tem a seguinte composição: Presidente (diretor), 01 tesoureiro e 01 suplente, 01 secretário e 01 suplente, 03 fiscais efetivos e 03 suplentes.

Os recursos advindos da Prefeitura Municipal, FNDE, entidades públicas e privadas e das promoções feitas pela própria unidade escolar são discutidos pela comunidade e feito um levantamento das prioridades em reuniões do Colegiado Escolar. Em seguida são feitas três licitações para realização da compra. Uma vez feita, é levada ao conhecimento da comunidade, a prestação de contas. Ela é feita também em reuniões do Colegiado Escolar. O Conselho Fiscal do Caixa Escolar é convocado para as reuniões em que acontecem as prestações e convidado para as outras.

O conselho de classe segue as normas estabelecidas no regimento escolar. É um órgão composto por professores e equipe pedagógica que se reúne bimestralmente a fim de refletir e tomar decisões sobre o trabalho educativo desenvolvido com os alunos que apresentam necessidade de acompanhamento individualizado e paralelo.

A Escola pretende viabilizar a criação e funcionamento do Grêmio Estudantil. O Grêmio Estudantil é um espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos. É uma organização que representa os interesses dos estudantes na escola. Ele permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. Não tem caráter político-partidário, religioso, racial e também não

deverá ter fins lucrativos. As atividades do Grêmio serão supervisionadas pelo Conselheiro (que é um profissional da Educação da escola) escolhido pelo Diretor e / ou alunos.

Um de seus principais objetivos é contribuir para aumentar a participação dos alunos nas atividades da escola, organizando campeonatos, palestras, projetos e discussões fazendo com que eles tenham voz ativa e participem junto com pais, funcionários, professores, e diretores da programação e da construção das regras dentro da escola.

RELAÇÕES DE TRABALHO

A Escola Municipal Doutor Sebastião Gomes Guimarães, é um dos poucos espaços para a formação social da comunidade e da vivência cultural em que eles têm acesso (Barreto 2009, p 4). Enquanto instituição sentimos necessidade de valorizar esta comunidade trazendo os pais para o nosso convívio, através de reuniões festivas e em momentos individualizados, quando se fizer necessário.

A escola tem como objetivo buscar a integração entre o social, a vivência, o resgate de valores e o conhecimento formal através dos projetos pedagógicos acreditando que na relação entre professor e aluno aconteça o respeito tanto como pessoas que tem experiência diversificadas dentro de uma mesma cultura.

Sendo o professor um mediador na construção do conhecimento do aluno, cujo objetivo é criar situações que desafiem o intelectual promovendo a aprendizagem do aluno, a escola tem como dever incentivar o professor a exercer sua autonomia, a sua função de educador e se atualizar de forma criativa e reflexiva.

Compete à direção escolar administrar e acompanhar o trabalho pedagógico, procurando sempre oferecer meios, para a realização das atividades propostas, além de gerenciar juntamente com a equipe administrativa, toda a parte financeira, os conselhos, funcionários, pais, alunos e comunidade escolar.

O diretor pedagógico e os especialistas devem assessorar os professores ouvindo, orientando e procurando apoiar o grupo nas suas necessidades, buscando através do diálogo e técnicas, ajudar alunos e pais a encontrarem soluções para os problemas detectados. São responsáveis ainda pela coordenação, implantação e implementação na unidade escolar das ações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal da Educação.

A dinâmica do trabalho do professor deve ser construída na relação da valorização do ser, na ética e no respeito recíproco. Cabe ao professor estabelecer e participar do processo de ensino/aprendizagem visando sempre a aquisição do conhecimento do educando, promovendo também um bom relacionamento cooperativo de trabalho

tanto em sala de aula como entre os educadores, resguardando e assegurando os direitos e deveres de todos os envolvidos no processo educacional.

A secretaria escolar serve de suporte ao funcionamento de todos os setores do Estabelecimento de Ensino, proporcionando condições para que os mesmos cumpram suas reais funções, zelando pela identidade e da regularidade da vida escolar do educando, da autenticidade dos documentos escolares, referentes a matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso, como também pela conservação dos bens materiais, juntamente com a equipe gestora.

É de responsabilidade dos pais acompanhar seus filhos no ensino/aprendizagem e de comparecer ao Estabelecimento de Ensino todas as vezes que for solicitados ou convocados. Compete aos alunos seguir as normas vigentes do Estabelecimento de Ensino, como também participar de todas as atividades escolares e de tomar conhecimento de todo o processo ensino/aprendizagem e do seu rendimento escolar.

Acreditamos que o convívio social é a mola mestra que alicerça todo o processo educacional, tornando-o real e significativo. Consideramos a família como uma criação humana mutável, sujeita a determinações culturais e históricas, que se constitui, por um lado, como um espaço de solidariedade, auto-estima, afeto e segurança; e, por outro, como um campo de conflitos, lutas e disputas.

Então, procuramos trabalhar bem próximos a ela, oferecendo apoio e orientações necessárias aos problemas existentes. Oferecendo um diálogo aberto e compreensivo com as famílias, que tem sempre seu espaço em nossa comunidade escolar e, procurando, sempre que possível, trazer a comunidade para a escola através de: palestras, eventos comemorativos, gincana do estudante, atendimento diário e individual aos pais, visitas às famílias, bilhetes, avisos, reuniões de pais e mestres (acontecem bimestralmente para apreciação do desenvolvimento da aprendizagem do aluno), registros de ocorrências com assinatura dos envolvidos, telefonemas, auto-avaliação com os alunos em sala de aula pelos próprios professores e efetivação de parcerias para oferecimento de oficinas (Programa Arte Educação) para os familiares.

As normas gerais da escola são elaboradas coletivamente, envolvendo as equipes administrativa e pedagógica, corpo docente e colegiado (englobando posteriormente os alunos, na elaboração das regras de suas turmas) tendo como base o Regimento Escolar e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Todos os itens são repassados aos pais em reuniões.

AVALIAÇÃO

Ultimamente, ampliou-se consideravelmente o conjunto de referências sobre as ações e estratégias avaliativas. Sob a perspectiva de uma boa organização escolar, a avaliação da Escola Municipal Doutor Sebastião Gomes Guimarães assume dimensão formadora, se configurando como fonte de informação e coleta de dados, para a formulação de práticas pedagógicas de acordo com suas crenças e intencionalidades para que os resultados esperados sejam alcançados.

A avaliação deve, ainda, contribuir para a formação e valorização profissional. Deve ter caráter participativo, fundamentado em princípios éticos, democráticos, autônomos e coletivos. Após análise e publicação dos resultados da avaliação central, em larga escala, deverá haver definição, pelo poder público, nas três esferas de competência, de políticas públicas que contemplem diretrizes orientadoras para a correção e superação dos limites evidenciados. (DOCUMENTO - REFERÊNCIA; CONAE, 2008, p.27)

Avaliar a aprendizagem do aluno implica, por reciprocidade, a avaliação dos professores e da instituição responsável por esse ensino. Ao detectar problemas na aprendizagem dos alunos, o professor deve considerar falhas em sua prática de ensino. O ensinar e aprender, professor e aluno, são indissociáveis.

Como o objetivo maior da educação é fazer aprender a escola faz uso de um processo avaliativo formativo, qualitativo e contínuo, lançando mão de instrumentos e/ou recursos capazes de fornecer informações, como: trabalhos em equipe, debates, relatórios, desafios, auto-avaliações, seminários, exercícios, além da avaliação diária feita pelos professores.

A avaliação formal, é realizada pelo professor bimestralmente através de atividades, pesquisas e trabalhos em grupos. São realizados também, periodicamente, conselhos de classe, cujas impressões detectadas são trabalhadas pelos professores nos horários de planejamento; a fim de buscar estratégias que minimizem as dificuldades. A família tem acesso ao desempenho escolar do aluno através do Boletim Escolar, que vai para casa bimestralmente, com registros

das notas e faltas.

Os alunos da escola são avaliados pelo SIMAVE, através do PROALFA e do PROEB, e pela PROVA BRASIL. A participação nessas avaliações, nos fornece subsídios para refletirmos sobre a nossa prática pedagógica, perceber avanços e superar limitações. A partir dos resultados, toda a equipe pedagógica se mobiliza na elaboração e efetivação de um plano de ação objetivo e eficaz, buscando atingir as necessidades pedagógicas indicadas.

As atividades avaliativas são definidas com a participação do aluno, em um processo de negociação, para se fazer jus o critério de notas. Estas são distribuídas de acordo com a modificação no ritmo de aprendizagem sem o caráter de registro definitivo e estigmatizador. A análise de resultados obtidos pelos alunos deve ser realizada constantemente e, sempre que possível, contando com a presença da família nesse estudo.

Os estudos de recuperação constituem-se em uma estratégia de intervenção deliberada no processo educativo, quando as dificuldades são diagnosticadas, constituindo nova oportunidade de levar os alunos ao desempenho esperado.

Cabe aos docentes zelar pela aprendizagem, estabelecendo estratégias de recuperação para os alunos de menor desempenho.

No planejamento dos estudos de recuperação, os docentes devem considerar as peculiaridades e necessidades de cada aluno e prever o adequado aproveitamento do tempo destinado às atividades de recuperação. São organizadas diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de avaliação dos alunos, oferecidas no decorrer do ano letivo e após o mesmo, através de estudos orientados, orientados presenciais e estudos independentes.

Cabe à direção da Escola, apoiada pelos especialistas de educação, indicar, para cada componente curricular, os professores responsáveis pelo acompanhamento e avaliação dos alunos beneficiados pelas estratégias de estudos orientados presenciais e estudos independentes. Todo o processo dos estudos independentes, incluindo as avaliações procedidas em cada etapa, deve ser orientado e acompanhado pelo professor responsável e pela equipe pedagógica, com registro próprio.

É preciso ter claro que qualquer aperfeiçoamento e qualquer processo de avaliação passam necessariamente pela discussão da proposta de trabalho da escola; isto é, da orientação pedagógica que deve definir todas as práticas educativas visando a boa formação do aluno como ser social e do educador como parte da equipe.

Avaliar é um ato que nos conduz a novos e diferentes caminhos e realizações. Nesse sentido, no cotidiano do trabalho escolar a avaliação do desempenho dos profissionais deve ser feita freqüentemente, através de auto-avaliação, pontos negativos /positivos e sugestões para os próximos projetos; conversas individuais com os profissionais e registros em atas quando necessário; rodas de conversas com as turmas e professores; nos planejamentos semanais – pontuando com a equipe as dificuldades encontradas e buscando estratégias de melhorias e em reuniões nos dias escolares.

Ressaltamos que o desempenho dos profissionais é avaliado tanto com o administrativo e com o pedagógico no intuito de estimular melhorias, fazendo as intervenções necessárias para a boa efetivação da aprendizagem do aluno e da construção de uma gestão compartilhada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a construção do Projeto Político Pedagógico, a escola vivenciou uma intensa movimentação, permeada de momentos de dificuldades, de trocas de experiências, medo, alegrias, e tudo isso veio nos impulsionar a buscar avanços e conquistas.

A maior dificuldade apontada por todos na construção deste projeto foi a adequação de tempos e espaços coletivos. Ampliar a participação da comunidade de pais também foi uma dificuldade a ser superada bem como estimular a participação de toda a comunidade escolar no processo de construção do Projeto Político Pedagógico possibilitando que todos tenham vez e voz

Este trabalho ratifica que a Escola Municipal Dr. Sebastião Gomes Guimarães é um espaço aberto onde todos são estimulados ao exercício da escolha, nas pequenas e grandes coisas e ações, de modo que aprendam a cultivar valores e a refletir sobre eles todo o tempo. Assim, como resultado de um esforço contínuo, solidário e paciente, Gadotti (1994), pode-se operar a grande mudança por meio das pequenas, numa certa direção.

Sem a pretensão de concluir, é preciso entender que o projeto pedagógico é caracterizado como ação consciente e organizada. O projeto deve romper com o isolamento dos diferentes segmentos da instituição educativa e com a visão burocrática, atribuindo-lhes a capacidade de problematizar e compreender as questões postas pela prática pedagógica. (VEIGA, 2003, p.279).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Elba Siqueira de Sá, ESCOLA DE GESTORES – MEC. **A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação.** 2009. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em: 12/07/10.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Lei n. 9.394/1996.

DOCUMENTO-REFERÊNCIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação** - Dezembro/2008.

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Avaliação Institucional: a avaliação da escola como instituição.** Texto disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em: 25/06/10.

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Avaliação como instrumento para a gestão democrática na educação.** Texto disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em: 20/06/10.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico. Cadernos Educação Básica – O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas.** MEC/FNUAP, 1994.

GADOTTI, Moacir. **Projeto Político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em 20/06/10.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Avaliação como Instrumento para a Gestão Democrática.** Secretaria de Educação Básica. Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII).

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** 2009. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 20/06/10.

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: **Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico**; Ministério da Educação. Cad. 4, Brasília, 2004.

SOUSA, Sandra M. Zákia L.: **Avaliação Institucional: elementos para discussão**. In: O Ensino Municipal e a Educação Brasileira, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. São Paulo: SME, 1999. Texto disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em: 15/07/10.

SOUZA, Ângelo Ricardo [et al.]. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária. Gestão e avaliação da educação escolar**. Ed. da UFPR, 2005, p.17- 22. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em: 23/07/10.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza... [et al.]. **Avaliação Institucional: a avaliação da escola como instituição**. 2009. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 23/07/10.

VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória**. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003, 279, Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em: 21/06/10.